

# Emenda de Ulysses prevê mandato de cinco anos e mantém presidencialismo

Da Sucursal de Brasília

O presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, 70, preparou ontem um substitutivo ao projeto do relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), propondo a adoção de um sistema de governo presidencialista, com um mandato de cinco anos para o presidente da República. O parecer do senador propõe a adoção de um sistema parlamentarista, no qual o presidente divide com o Congresso a condução do governo. "Sou favorável ao presidencialismo com a maior participação possível do Congresso no governo", afirmou Ulysses.

O deputado classificou o relatório de Fogaça como "bem elaborado e articulado", mas disse que, "evidentemente, ele tem uma conotação mais parlamentarista". Ulysses criticou a manutenção do atual presidencialismo —que classificou de "imperial"— e a adoção de um parlamentarismo "ortodoxo".

A emenda presidencialista de Ulysses foi o resultado de uma reunião que começou pela manhã e estendeu-se até por volta das 17h. O texto foi elaborado na residência do próprio Ulysses pelo jurista Miguel Reale Jr., com a colaboração do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence. O anteprojeto foi apresentado ontem ainda, na forma de sete emendas ao parecer de Fogaça, encaminhado à Mesa Diretora da Constituinte pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). A proposta, segundo Maurílio, é uma fórmula que atende "aos reclamos de reconquista das prerrogativas do Congresso".

O substitutivo concentra a condução do governo e a nomeação do ministério no presidente da República. Prevê, porém, a figura de um

primeiro-ministro, indicado pelo presidente e submetido à aprovação do Congresso Nacional.

Participaram também da reunião os deputados Luiz Henrique (SC), Cid Carvalho (MA), Prisco Vianna (BA), Heráclito Fortes (PI) e Antônio Mariz (PB); os senadores Humberto Lucena (PB), Francisco Rollemberg (SE), Mauro Benevides (CE) e Almir Gabriel (AM); e o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães.

## Diferenças

As principais diferenças entre o projeto Fogaça e o substitutivo são as seguintes:

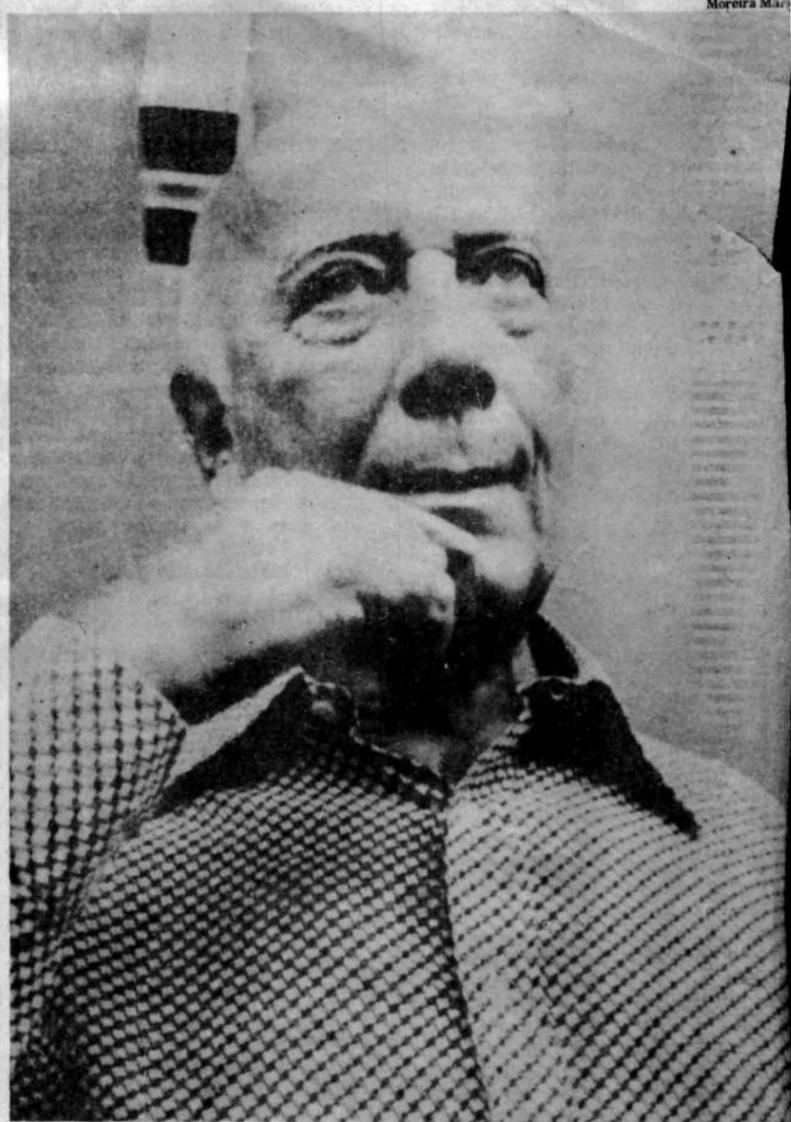
**Mandato** — Fogaça defendeu quatro anos de mandato para o presidente José Sarney e os demais presidentes. O substitutivo, cinco anos.

**Presidente** — Fogaça quer que o presidente exerça o Poder Executivo "através" do Conselho de Ministros, com divisão quase igual de poderes. No outro projeto, o presidente exerce o poder "auxiliado" pelo primeiro-ministro e os demais ministros.

**Primeiro-ministro** — Para Fogaça, ele pode expedir decretos, elaborar planos de governo e propor a nomeação ou exoneração de ministros ao presidente. No substitutivo, ele é apenas o "principal auxiliar" do presidente e um executor dos planos de governo.

**Congresso** — No projeto Fogaça, o Congresso pode destituir ministros ou todo o gabinete, através dos votos de desconfiança e reprobatório. No substitutivo não há menção a isso, embora o primeiro-ministro seja indicado após consulta do presidente aos partidos que apoiam o governo.

**Dissolução** — O projeto Fogaça prevê a hipótese de o presidente dissolver o Parlamento, se seu gabinete não obtiver maioria. O substitutivo, não.



O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, na entrevista à imprensa, em sua casa

## Brizola prega estatização dos bancos no programa do PDT

Da Sucursal do Rio

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, 65, ex-governador do Rio, defenderá quarta-feira, em cadeia nacional de rádio e televisão, eleições diretas para presidente da República "em sessenta ou noventa dias" e a nacionalização e estatização dos bancos particulares existentes no país. Brizola disse que, no caso de o partido sair vitorioso no pleito presidencial, a intervenção e o controle, pelo poder público, dos bancos particulares poderão se transformar em "nacionalização e estatização total". O programa do partido foi gravado ontem à noite em um dos estúdios da TV Manchete, na Glória, zona sul, diante de cerca de trezentos membros do partido.

Segundo Brizola, o aprofundamento da crise econômica levou o PDT a modificar sua posição a respeito da urgência das eleições diretas: "Estávamos articulando no Congresso a data de novembro de 88, mas diante do quadro econômico não podemos esperar. Não estamos pedindo a renúncia, mas sugerindo uma saída honrosa. Essa iniciativa pertence historicamente a ele (Sarney). Essa tradição vem da Coroa, vem do rei".

### "Casa da sogra"

O programa terá a duração de uma hora e, além de Brizola, falarão apenas os líderes do partido na Câmara, Brandão Monteiro (RJ), e no Senado, Maurício Corrêa (DF).

Caso ocorra a convocação imediata de eleições, Brizola disse que o PDT poderá se comportar de duas formas: apoiando uma coligação ou lançando um candidato. "Se essa responsabilidade cair sobre nossos ombros concorreremos e, diante da hipótese de venceremos, procuraremos conjurar a crise e fazer a transição democrática prestigiando a Assembléia Constituinte", afirmou.

Brizola disse que não descansaria "antes de ver destruído este modelo econômico de natureza colonial". "Nosso país é como a casa da sogra: a riqueza vai e vem mas como vai mais que vem, temos que mentir a inflação", disse ele. Para Brizola, é impossível eliminar a inflação sem que o poder público controle o funcionamento dos bancos privados. "Há o concubinato dos bancos que precisa receber a intervenção de um governo que se imponha pela moral. Atrás de certos banquinhos estão os bancos internacionais", declarou.

Ele defendeu um presidencialismo onde o Congresso tenha poderes de destituir ministros. Brizola falou também sobre a negociação da dívida externa: "Um australiano me disse certa vez: é estranho que vocês estejam sempre negociando a dívida; claro, quanto mais negociação, mais comissão". Sobre a possível exiguidade de tempo para a convocação das diretas —como propõe—, Brizola afirmou que "em 45, depuseram um presidente em outubro e no início de dezembro já havia eleições".

## Partido reúne-se com Bresser e inicia discussão do pacto

Da Sucursal de Brasília

O "entendimento suprapartidário", articulado pelos líderes políticos para superar a crise econômica, começará formalmente esta semana com duas reuniões. Hoje, às 18h30, uma comissão do PMDB se reunirá com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Nos próximos dias, o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães —que será o coordenador do entendimento— se encontra com o presidente do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), disse ontem que o entendimento incluirá um programa mínimo aceitável por todos os partidos, tanto na área política quanto na econômica. Já na conversa de hoje com Bresser Pereira, os deputados do PMDB apresentaram o que Luiz Henrique chamou de "pontos comuns" a todos os partidos, na área econômica. São eles: crescimento econômico, manutenção do valor real dos salários e alguma forma de controle de preços.

No campo político, o entendimento deverá passar pela duração do mandato do presidente José Sarney e a definição do futuro sistema de governo. A definição do mandato, aliás,

será o principal ponto de divergência entre a liderança do PMDB e os pequenos partidos de oposição (PDT, PCB, PC do B, PSB, PDC e PL), que já admitiram participar, mas exigem que a eleição presidencial ocorra, no máximo, até novembro de 88.

A cúpula do PMDB quer que a bancada do partido na Constituinte, na reunião marcada para amanhã, tire uma posição formal sobre o entendimento e suas condições. Luiz Henrique disse que defenderá, junto à bancada, a continuidade desse entendimento e o seu apoio pelo partido. A reunião de amanhã é decisiva, pois a bancada definirá sua posição formal sobre o mandato de Sarney e o sistema de governo.

O roteiro do entendimento pressupõe um acordo entre os partidos, para só depois na ampliação do pacto social.

Segundo Luiz Henrique, não havendo acordo entre as lideranças do partido quanto ao mandato, a questão terá que ser levada a votação secreta. São, hoje, a favor de quatro anos os senadores Mário Covas (SP), Fernando Henrique Cardoso (SP), Affonso Camargo (PR) e deputados como João Herrmann (SP), Robson Marinho (SP) e Miro Teixeira (RJ).

## Para Fogaça, projeto não tem apoio da maioria da bancada

Da Sucursal de Brasília

O projeto presidencialista do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães (apresentado ontem através do deputado Maurílio Ferreira Lima), dispõe sobre um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, "não expressa a tendência majoritária" dentro do partido, afirmou o relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), acrescentando que "é uma posição muito particular".

Fogaça, porém, já reconhecia ontem que mudaria seu relatório original, incluindo no projeto final —que apresentará na quinta-feira— um mandato de cinco anos, dizendo que a maioria dos 21 membros de sua subcomissão apoiava esse prazo. No primeiro relatório, divulgado na última segunda-feira, Fogaça havia fixado quatro anos para Sarney. Mesmo assim o relator quer manter o modelo "neo-parlamentarista" de seu projeto original.

Optando por cinco anos, Fogaça contraria sua posição pessoal —favorável a quatro anos— e o seu primeiro relatório, apresentado na última segunda-feira, no qual fixava em quatro anos não só o mandato de Sarney mas o de todos os futuros presidentes. É que a maioria das emendas que recebeu na semana passada, após o primeiro relatório, defende cinco ou seis anos de mandato para Sarney.

Comentando a Pesquisa Folha de



Senador José Fogaça (PMDB-RS)

ontem, pela qual 80% da população quer eleições presidenciais em 1988 (portanto, quatro anos), Fogaça disse esperar que a posição pró-cinco anos na subcomissão seja mudada mais adiante. "A Constituinte vai expressar um sentimento 'interna corporis' ou vai ser a expressão da sociedade?", perguntou.

Apresentado na quinta-feira, o relatório final de Fogaça será votado no mesmo dia. Irá então para a Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, da qual faz parte a Subcomissão do Poder Executivo. Depois, seguirá para a Comissão de Sistematização e, finalmente, para o plenário, possivelmente em dezembro.

## Collor decide hoje com secretários se rompe com Sarney

Do Correspondente em Maceió

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello (PMDB), 37, fará hoje, às 9h, em Maceió, uma reunião com o Conselho Político do Estado e, em seguida, se reúne com seu secretariado, quando definirá as medidas que aplicará para o que ele chama de "economia de guerra" para sanear as finanças de Alagoas e poderá tomar a decisão de romper com o presidente José Sarney.

Na última sexta-feira, em encontro com seu secretariado, Collor de Mello disse que "quem estiver do lado de Sarney, pode pedir exoneração" e que só permanecerá no secretariado "aquele que enfrentar a luta daqui para frente com o presidente Sarney".

### Apoio

No fim-de-semana, Collor de Mello manteve reuniões políticas para relatar o cancelamento da audiência que teria com Sarney no Palácio do Planalto, na semana passada. Segundo um dos seus assessores, o governador está buscando, nessas reuniões, apoio para o rompimento. Collor de Mello estará em São Paulo ainda hoje para participar do programa "Roda Viva", da TV Cultura.

## Pesquisa influirá no encontro do PMDB, diz Scalco

Das Sucursais

O deputado Euclides Scalco (PR), 54, disse ontem em Brasília que os resultados da Pesquisa Folha publicada ontem —que apurou que 80% dos eleitores consultados em oito capitais querem a realização de eleições diretas para a Presidência até, no máximo, novembro de 1988— vão influir na reunião de amanhã da bancada do PMDB. "A tendência dentro do PMDB é por quatro anos (de mandato para o presidente José Sarney). A Pesquisa Folha reforça essa tendência".

Para o deputado Luiz Henrique (PMDB-SC), 47, a opção pelo parlamentarismo (54%), também apurada pela pesquisa, "nos conduz à convicção de que é acertado o caminho que procura compatibilizar as instituições do presidencialismo com o parlamentarismo". Já o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), 47, disse que "se perguntassem à população sobre o mandato, naquela época (há um ano), dariam dez anos" a Sarney. O deputado Lélcio Souza (PMDB-RS), 49, disse em Porto Alegre (RS) que a preferência por "diretas até novembro de 1988 traduzem uma posição histórica do PMDB".